



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 150/XIII/3.ª SL

Aos 26 dias do mês de abril de 2018, pelas 14:00 horas, reuniu a Comissão de Trabalho e Segurança Social, na sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. **Apreciação e votação do parecer sobre os Projetos de Lei n.ºs 509/XIII/2.ª (PCP) - Adita a Associação Nacional dos Deficientes Sinistrados no Trabalho como entidade beneficiária de 1% do montante das coimas aplicadas por violação das regras de segurança e saúde no trabalho ou resultantes do incumprimento de regras de reparação de acidentes de trabalho, procedendo à 12.ª alteração do Código do Trabalho e à 1.ª alteração da Lei n.º 98/2009, 4 de setembro; 510/XIII/2.ª (PCP) - Recálculo das prestações suplementares para assistência a terceira pessoa atribuídas aos sinistrados do trabalho ao abrigo da Lei n.º 2127/65, de 3 agosto; e 514/XIII/2.ª (PCP) - Revê o regime de reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais, procedendo à primeira alteração à Lei n.º 98/2009, de 4 de Setembro**
Deputada autora do parecer: Isabel Pires (BE);
2. **Apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 716/XIII/3.ª (PCP) - Promove a participação dos trabalhadores em matéria de segurança e saúde no trabalho (1.ª alteração à Lei n.º 102/2009, de 10 de Setembro que estabelece o Regime Jurídico da Promoção da Segurança e Saúde no Trabalho)**
Deputada autora do parecer: Isabel Pires (BE);
3. **Deliberação sobre a criação do Grupo de Trabalho Certificação de Motoristas - [PJLs n.ºs 569/XIII/2.ª (PSD) e 651/XIII/2.ª (BE)];**
4. **Deliberação sobre a Criação do Grupo de Trabalho - Ordens Profissionais dos Fisioterapeutas e dos Assistentes Sociais;**
5. **Distribuição da COM(2018)171- Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera a Diretiva 2004/37/CE relativa à proteção dos trabalhadores contra riscos ligados à exposição a agentes cancerígenos ou mutagénicos durante o trabalho (a remeter à CAE até 23 de maio)**
Relator: Deputado do GP do PSD;
6. **Outros assuntos.**

Deu início aos trabalhos a Senhora Vice-Presidente da Comissão de Trabalho e Segurança Social, Deputada Wanda Guimarães (PS), que presidiu à reunião em função da impossibilidade de o Senhor Presidente estar presente, passando-se de imediato à apreciação dos assuntos constantes da ordem do dia que se segue:

1. **Apreciação e votação do parecer sobre os Projetos de Lei n.ºs 509/XIII/2.ª (PCP) - Adita a Associação Nacional dos Deficientes Sinistrados no Trabalho como entidade beneficiária de 1% do montante das coimas aplicadas por violação das**



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 150/XIII/3.^a SL

regras de segurança e saúde no trabalho ou resultantes do incumprimento de regras de reparação de acidentes de trabalho, procedendo à 12.^a alteração do Código do Trabalho e à 1.^a alteração da Lei n.º 98/2009, 4 de setembro; 510/XIII/2.^a (PCP) - Recálculo das prestações suplementares para assistência a terceira pessoa atribuídas aos sinistrados do trabalho ao abrigo da Lei n.º 2127/65, de 3 agosto; e 514/XIII/2.^a (PCP) - Revê o regime de reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais, procedendo à primeira alteração à Lei n.º 98/2009, de 4 de Setembro

Deputada autora do parecer: Isabel Pires (BE);

- 2. Apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 716/XIII/3.^a (PCP) - Promove a participação dos trabalhadores em matéria de segurança e saúde no trabalho (1.^a alteração à Lei n.º 102/2009, de 10 de Setembro que estabelece o Regime Jurídico da Promoção da Segurança e Saúde no Trabalho)**

Deputada autora do parecer: Isabel Pires (BE);

Por razões de simplicidade procedimental, e atendendo a que tinha sido elaborado um parecer conjunto pela Senhora Deputada autora do parecer, procedeu-se ao debate conjunto dos dois primeiros pontos da ordem de trabalhos, tendo a Senhora Deputada Isabel Pires (BE) elencado sumariamente os objetivos de cada uma das iniciativas, e remetendo para as duas notas técnicas quanto aos antecedentes. Registou ainda a inexistência de petições relacionadas com estes assuntos, referindo as demais iniciativas agendadas para discussão em reunião plenária naquele mesmo dia, bem como outras conexas, constatando o cumprimento da lei formulário e a submissão a apreciação pública de três das quatro iniciativas em apreço, e mencionando as sugestões de alteração aos títulos de dois dos projetos de lei. Por fim, aludiu a que só nos Projetos de Lei n.ºs 508/XIII/2.^a (PCP) e 510/XIII/2.^a (PCP) se anteviam eventuais encargos decorrentes da eventual aprovação, reservando a sua opinião para a discussão em sessão plenária.

A Senhora Presidente em exercício saudou a Senhora Deputada autora do parecer pela minúcia e pela sobrecarga de trabalho a que fora submetida, tendo de igual modo a Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD) saudado a elaboração do parecer e apelado a uma reflexão sobre os tempos para elaboração dos pareceres e das notas técnicas, saudando ainda os Serviços da Assembleia da República pela celeridade com que o trabalho fora efetuado.

Também a Senhora Deputada Rita Rato (PCP) cumprimentou e saudou a Senhora Deputada Isabel Pires pela elaboração do parecer, recordando que todas as iniciativas em análise eram da autoria do seu Grupo Parlamentar. Por outro lado, invocou a proposta pendente em Conferência de Líderes e de Presidentes das Comissões



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 150/XIII/3.ª SL

Parlamentares para obviar às dificuldades enunciadas pela Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD).

Já o Senhor Deputado Ricardo Bexiga (PS) deixou uma observação sobre o tratamento do processo legislativo em Comissão Parlamentar (em que muitas vezes faltava tempo para uma maior ponderação das iniciativas) e em Plenário (com a frequente atribuição de 3 minutos a cada Grupo Parlamentar, o que não permitia uma abordagem mais aprofundada dos temas mais complexos), sendo secundado pela Senhora Presidente em exercício, que expressou que se esperava que as próximas reuniões da Conferência de Líderes trouxessem novidades sobre esta matéria.

Submetido a votação, foi o respetivo parecer aprovado por unanimidade.

- 3. Deliberação sobre a criação do Grupo de Trabalho Certificação de Motoristas - [PJLs n.ºs 569/XIII/2.ª (PSD) e 651/XIII/2.ª (BE)];**
- 4. Deliberação sobre a Criação do Grupo de Trabalho - Ordens Profissionais dos Fisioterapeutas e dos Assistentes Sociais;**

Seguiu-se nova discussão conjunta, desta vez do terceiro e do quarto pontos da ordem de trabalhos, dada a articulação existente entre ambos. Deste modo, a Senhora Deputada Rita Rato (PCP) começou por lembrar que se havia fixado o critério de constituição de grupos de trabalho ao longo do tempo, à medida que os anteriores iam encerrando os seus trabalhos. Quanto às duas propostas concretas em análise, perguntou se seria possível obviar à constituição de grupo de trabalho no primeiro caso, realizando a discussão e votação em Comissão, e chamando a atenção para que a eventual criação do Grupo de Trabalho – Ordens Profissionais (GT – OP) poderia não permitir a conclusão dos seus trabalhos até ao final da Sessão Legislativa. Tomou então da palavra o Senhor Deputado Tiago Barbosa Ribeiro (PS), que manifestou o desejo de os trabalhos do GT – OP se realizarem com a maior brevidade possível, indicando que seria necessário ouvir os parceiros sociais, e defendendo que o processo de discussão na especialidade seria mais rápido em Grupo de Trabalho que em Comissão.

A este propósito, a Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD) lembrou que o processo de constituição de Ordens Profissionais deveria ser conduzido com muito rigor e cuidado, sendo conhecida a posição de algumas entidades, em particular do Conselho Nacional das Ordens Profissionais (CNOP). Informou ainda que integrariam o GT – OP as Senhoras Deputadas Susana Lamas e Joana Barata Lopes, enquanto



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 150/XIII/3.ª SL

no eventual Grupo de Trabalho – Formação e Certificação Profissional (GT – FCP) a representação do Grupo Parlamentar do PSD estaria a cargo de si própria e do Senhor Deputado Álvaro Batista, apesar de não se oporem à realização da discussão e votação na especialidade desta matéria em Comissão, até porque só tinham uma audição para propor.

Ainda a este respeito, mencionou o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) que não faziam questão de realizar um rol extenso de audições no âmbito deste último Grupo de Trabalho, que até poderiam ser concretizadas no Grupo de Trabalho – Audiências, e indicando a Senhora Deputada Isabel Pires para representar o seu Grupo Parlamentar no GT – OP.

Neste momento, o Senhor Deputado Filipe Anacoreta Correia (CDS-PP) elucidou que esta discussão transitara da anterior reunião da Comissão e que cada Grupo Parlamentar ficara de indicar quais os diplomas que considerava prioritários, para constituição do respetivo Grupo de Trabalho. Deste modo, tendo o seu Grupo Parlamentar concordado com este método, naturalmente não se opunha a estas propostas, sendo aliás uma delas da sua própria iniciativa. Restava ainda a expectativa de os Grupos de Trabalho ainda em funcionamento poderem concluir os seus trabalhos com a maior brevidade, o que tornaria possível concentrar as atenções nos novos Grupos de Trabalho que entretanto se fossem constituindo.

Retomou então a palavra a Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD) que, com espírito construtivo, alegou que o trabalho de especialidade se deveria realizar em Grupo de Trabalho, não havendo porém necessidade de por vezes serem ouvidos outros sindicatos nem outras associações profissionais após a pronúncia das Centrais Sindicais e das Confederações Patronais, já que com alguma frequência esses contributos eram tão só a repetição dos já anteriormente recebidos.

Isto posto, foram designados os seguintes membros para os dois Grupos de Trabalho em discussão, a acrescer aos que já haviam sido previamente indicados no decorrer do debate: para o GT – FCP, os Senhores Deputados Joaquim Raposo (PS), na qualidade de Coordenador, Heitor de Sousa (BE) e António Carlos Monteiro (CDS-PP); para o GT – OP, o Senhor Deputado Ricardo Bexiga (PS).

A final, a Senhora Presidente em exercício registou que nenhum dos Grupos Parlamentares se opunha à constituição dos dois Grupos de Trabalho identificados, e que todos se encontravam de acordo quanto à desejada celeridade dos



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 150/XIII/3.ª SL

procedimentos, pelo que, tendo submetido a votação a correspondente constituição, foi a mesma aprovada por unanimidade.

- 5. Distribuição da COM (2018)171- Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera a Diretiva 2004/37/CE relativa à proteção dos trabalhadores contra riscos ligados à exposição a agentes cancerígenos ou mutagénicos durante o trabalho (a remeter à CAE até 23 de maio)
Relator: Deputado do GP do PSD;**

Foi declarado pelo Grupo Parlamentar do PSD que posteriormente indicaria o respetivo Deputado autor do relatório.

6. Outros assuntos.

No derradeiro ponto da ordem do dia, a Senhora Presidente em exercício exortou o Grupo Parlamentar do PS a indicar um projeto de programa para a audição pública - Livro Verde sobre as Relações Laborais, a realizar já no próximo dia 15 de maio de 2018.

Por sua vez, o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) transmitiu as preocupações ecológicas que estavam a ser levadas a cabo em outras Comissões quanto à não impressão de convocatórias das reuniões e à utilização de jarros de água, colocando à consideração dos restantes Senhores Deputados a possibilidade de estas medidas serem também implementadas nesta Comissão.

Aproveitou ainda o Senhor Deputado Pedro Roque (PSD) para solicitar que a ordem do dia fosse incluída no corpo do e-mail que era remetido pelos Serviços da Assembleia da República, de forma a torná-la mais perceptível e intuitiva.

A reunião foi integralmente gravada em suporte [áudio](#), pelo que se dispensa qualquer desenvolvimento adicional nesta sede.

A reunião foi encerrada às 14:55 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 3 de maio de 2018.



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 150/XIII/3.ª SL

A VICE-PRESIDENTE

(WANDA GUIMARÃES)



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 150/XIII/3.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva
António Carlos Monteiro
Carla Barros
Carla Tavares
Clara Marques Mendes
Filipe Anacoreta Correia
Isabel Pires
Joana Barata Lopes
Joaquim Raposo
José Moura Soeiro
José Rui Cruz
Maria das Mercês Borges
Pedro Roque
Ricardo Bexiga
Rita Rato
Rui Riso
Sandra Pereira
Sofia Araújo
Sónia Fertuzinhos
Susana Lamas
Tiago Barbosa Ribeiro
Wanda Guimarães
Álvaro Batista
José António Silva
Sandra Pontedeira

Faltou o seguinte Senhor Deputado:

Feliciano Barreiras Duarte

